



2525

ALEXANDRE  
LEITE

*Deputado Federal*



---

# ALEXANDRE LEITE APOIA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A situação das pessoas com deficiência sempre foi motivo de preocupação para o deputado Alexandre Leite (SP), autor de propostas para esta população, com destaque para o Projeto de Lei (PL) 3473/15, que isenta a pessoa com deficiência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de fogões de cozinha, forno de micro-ondas, refrigeradores, congeladores (freezers), máquinas de lavar roupa e máquinas de secar.

Durante tramitação e aprovação da matéria na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), ele lembrou que, de acordo com dados do IBGE (2010), menos de 1% das pessoas com alguma espécie de deficiência estão inseridas em empresas de médio e grande porte. “Em geral, esses indivíduos estão em vagas de baixa remuneração, nas quais os empregados acabam sendo submetidos a preconceito, fato que acaba por desestimular as pessoas a trabalhar”, afirmou.

---

## ATENDIMENTO PRIORITÁRIO PARA QUEM ACOMPANHA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Aprovada na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), seguiu para análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) o PL 6467/2016, que estende aos acompanhantes de pessoas beneficiadas com atendimento prioritário os mesmos direitos previstos em Lei do Atendimento Prioritário (10.048/00).

O deputado Alexandre Leite defende que a medida tenha como objetivo evitar situações constrangedoras que acontecem no dia a dia daqueles que precisam de atendimento preferencial quando se veem obrigados a se separar de seus familiares (ou amigos) para exercer o seu direito.

---

# TRÂNSITO: UMA PREOCUPAÇÃO PARA O PARLAMENTAR

**É** de autoria do deputado o Projeto de Lei 6468/2016, que autoriza a importação de veículos automotores usados, permitindo que a população de menor poder aquisitivo possa adquirir veículos menos antigos e em melhores condições de uso. “A medida, caso aprovada, propiciará maior segurança no trânsito, menor poluição ambiental, menores preços de comercialização de veículos novos e usados, e maior eficiência na produção de veículos novos no Brasil”, afirmou o deputado Alexandre Leite.

A permissão prevista no texto não se aplica a veículos que apresentem graves defeitos ou avarias, na forma estabelecida pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, e estabelece que tais veículos deverão contar, previamente à sua entrada no País, com todos os itens de segurança exigidos para os veículos novos produzidos no Brasil. Além disso, estabelece que o valor de qualquer tributo incidente sobre a importação do veículo usado não será superior a uma vez e meia o valor do tributo incidente sobre a importação de veículo novo equivalente.

---

# PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS

O deputado de São Paulo apresentou também o PL 6469/2016, cuja finalidade é incluir o tratamento de vítimas de acidentes de trânsito nas hipóteses de destinação da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito. Atualmente, a lei que regulamenta a matéria destina cinco por cento do referido valor à segurança e educação de trânsito, sendo uma medida de caráter mais organizacional, com regras orientadoras.

“Diante da realidade do trânsito brasileiro, urge que essa receita seja melhor aplicada, a fim de que possa trazer maiores benefícios diretos para a sociedade, uma vez que o Sistema Único de Saúde gasta uma quantia considerável com o tratamento das vítimas de acidentes de trânsito”, disse.

---

# ALEXANDRE LEITE

## PROPÕE REFORÇO PARA A SEGURANÇA DO BRASILEIRO

O deputado é autor de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 416/2018), destinada a combater a violência no País, inserindo as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública. “Queremos formalizar, na Constituição, o trabalho já realizado a partir da soma da atuação das guardas municipais à das outras forças policiais, tendo em vista que aquelas já exercem atividade de polícia em vários municípios”, argumentou o autor da PEC, lembrando que, em função da intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro, as PECs não podem votadas.

Alexandre lembrou que já existe uma lei que trata deste assunto, chamada de Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei 13.022/2014), mas que ela está em questionamento no Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 5156/DF. “Não podemos ficar nessa situação de insegurança jurídica”, declarou ele. “A área de segurança pública carece da tomada de providências urgentes para diminuir a criminalidade e a violência, e por isso não podemos ficar parados aguardando que o STF paute essa ADIN”, completou.

---

# ALEXANDRE LEITE VOTA SIM PARA PROPOSTA QUE VISA FREAR O NÚMERO DE HOMICÍDIOS

**A** Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) aprovou um projeto relatado pelo deputado que destina 10% do Fundo Nacional de Segurança Pública para a estratégia emergencial de redução de homicídios. “O projeto vai ao encontro do clamor da população por uma sociedade mais segura, onde todos possam ir e vir, trabalhar, estudar e se divertir em paz”, argumentou o deputado.

A medida institui a estratégia emergencial para os estados e municípios mais violentos do Brasil. Conforme o texto, terão prioridade na destinação de até 10% dos recursos do Fundo, a cada ano, três estados e dez municípios com as maiores taxas de homicídios. As estatísticas serão monitoradas anualmente. É garantido o mínimo de um terço em recursos do Fundo ao estado e um décimo ao município. Os gastos anuais do Fundo com estes projetos prioritários serão de até 10% de recursos do Fundo para estados e 10% para municípios.



---

# MAIS DE R\$ 100 MILHÕES INVESTIDOS EM 130 MUNICÍPIOS

**A**lém da capital, onde se concentram a maior parte dos recursos investidos, Alexandre Leite conseguiu ampliar para 130 os municípios contemplados com emendas parlamentares e Programas de Governo, em todas as 15 regiões administrativas. O objetivo é garantir que prefeitos e vereadores consigam ampliar o potencial de investimento que é restrito na maioria das cidades do interior.

Por meio dessa política de fortalecimento dos municípios, tem-se conseguido modernizar unidades de saúde, com a aquisição de equipamentos, implantação de novos centros cirúrgicos, ortopédicos e fisioterapêuticos, como no caso da Santa Casa de Martinópolis, na região de Presidente Prudente; recuperação de ruas e vias importantes, como na cidade de São Roque, região de Sorocaba; além de aquisição de veículos para transporte de pacientes em todas as regiões administrativas.

Esses investimentos, apesar da crise política e econômica dos últimos anos, não sofreram impacto e ainda foram ampliados, graças a uma intensa agenda de trabalho e gestão junto ao Governo Federal e que contou com apoio da bancada do Democratas na Câmara. Com recursos ainda sendo liberados e obras em andamento em todo o estado de São Paulo, a expectativa é que até o fim desta legislatura novos municípios sejam contemplados.

---

# PELA MELHORIA DA EDUCAÇÃO, FIM DA PROMOÇÃO AUTOMÁTICA

**T**ramita no Senado Federal uma proposta do deputado Alexandre Leite (SP) que reforça a proibição de alunos se classificarem para qualquer série ou módulo da educação básica (ensino médio e fundamental) por meio de promoção automática.

Hoje a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei 9394/96) diz que a classificação em qualquer série, exceto na primeira do ensino fundamental, será feita por promoção (para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série anterior na própria escola); mediante transferência (para candidatos procedentes de outras escolas); ou por meio de avaliação elaborada pela escola. O projeto altera a lei, acrescentado que será proibida, em qualquer hipótese, a promoção automática.

SAIBA MAIS SOBRE A  
ATUAÇÃO PARLAMENTAR DO  
ALEXANDRE LEITE  
[CLIQUE AQUI.](#)

